Bolsas — Na terça-feira: 0,1% São Paulo; 0,4% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 135.564 / 134.035 (17/7, 18/7, 21/7, 22/7)

Dólar — Na terça-feira: R$ 5,567 (+ 0,04%)

Últimos	
16/julho	5,561
17/julho	5,547
18/julho	5,587
21/julho	5,565

Salário mínimo — R$ 1.518

Euro — Comercial, venda na terça-feira: R$ 6,542

CDI — Ao ano: 14,90%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 14,92%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2025	1,31
Março/2025	0,56
Abril/2025	0,43
Maio/2025	0,26
junho/2025	0,24

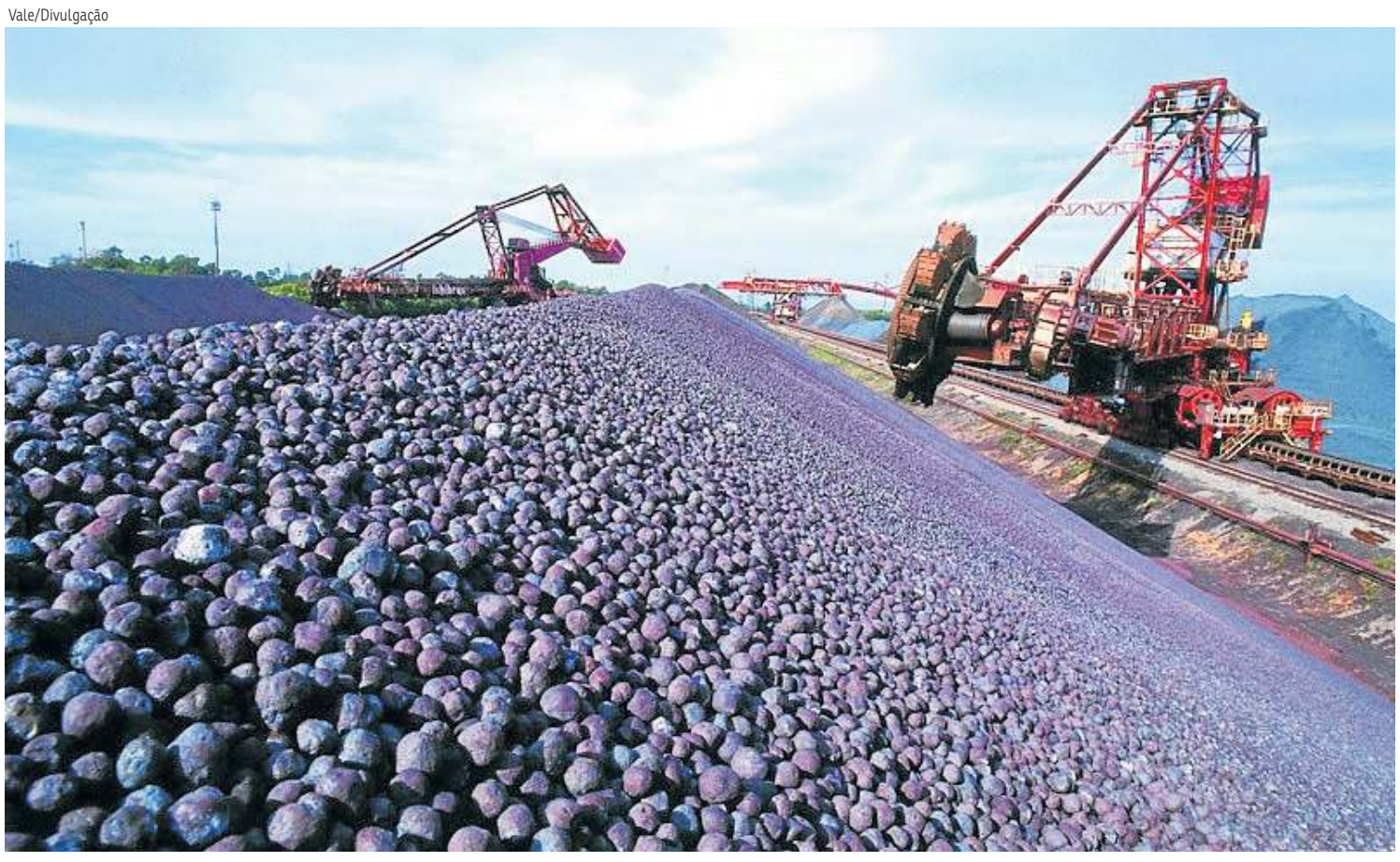
GUERRA COMERCIAL

Tarifas podem tirar R$ 175 bi da economia

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais estima retração de 1,49% do PIB e perda de 1,3 milhão de empregos

» RAFAELA GONÇALVES

Vale/Divulgação



A mineração é uma das atividades com forte exportação para os Estados Unidos e que devem ser prejudicadas com a taxação de 50%

A tarifa de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelos Estados Unidos deve custar até R$ 175 bilhões ao Brasil, segundo a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Um estudo da entidade projeta retração de 1,49% no Produto Interno Bruto (PIB) e perda de mais de 1,3 milhão de empregos, caso a medida, prevista para entrar em vigor em 1º de agosto, seja mantida.

Em um cenário hipotético de retaliação, no qual o Brasil imponha uma tarifa equivalente de 50% sobre as importações dos Estados Unidos, o impacto econômico seria ainda mais severo. A estimativa é de uma queda de R$ 259 bilhões no PIB brasileiro (2,21%), com a eliminação de cerca de 1,9 milhão de empregos, redução de R$ 36,18 bilhões na massa salarial e perda de R$ 7,21 bilhões em arrecadação tributária.

Os EUA são atualmente o segundo principal destino das exportações brasileiras, atrás apenas da China. Em 2024, o Brasil exportou aproximadamente US$ 40,4 bilhões para o mercado americano — o equivalente a 1,8% do PIB nacional. Os principais itens exportados incluem combustíveis minerais, ferro e aço, máquinas e equipamentos mecânicos, aeronaves e café.

"Os Estados Unidos são um parceiro tradicional do Brasil. Do ponto de vista geográfico, faz todo sentido que nossas economias mantenham um fluxo de comércio ativo e complementar e, no nosso entendimento, ambos os países perdem muito com a medida", destacou o presidente da entidade, Flávio Roscoe.

A federação considera que o governo brasileiro deve atuar com firmeza, mas por meio do diálogo diplomático, para evitar a aplicação das tarifas, proteger os empregos e salvaguardar a competitividade da indústria nacional. "Responder com a mesma moeda pode gerar efeitos inflacionários no Brasil, por isso, o caminho mais inteligente é a diplomacia", alertou Roscoe.

Setores vulneráveis

Setores estratégicos da economia brasileira, como o agronegócio, a siderurgia e a indústria de transformação, estão entre os mais vulneráveis, por dependerem fortemente das exportações. Responsáveis por sustentar cadeias produtivas inteiras e por gerar milhões de empregos, esses segmentos podem sofrer retrações que não só afetariam a produção, mas também agravariam o desemprego em várias regiões do país.

Para as empresas que atuam nessas áreas, o cenário se tornaria ainda mais desafiador, com aumento de custos, perda de competitividade no mercado internacional e risco crescente de cancelamento de contratos e parcerias no exterior.

Theo Braga, CEO da SME The New Economy, destaca que o impacto sobre o PIB brasileiro pode alcançar cifras bilionárias, com efeitos que vão muito além da queda nas exportações. O cenário, de acordo com ele, escancara a vulnerabilidade da economia nacional frente a choques externos. "Retaliações comerciais podem soar como respostas firmes, mas geralmente geram mais incertezas do que resultados práticos, especialmente para quem empreende ou tenta crescer em um ambiente já instável", alerta.

Além disso, segundo ele, a instabilidade provocada por disputas tarifárias tende a reduzir o apetite por investimentos e estreitar ainda mais o acesso ao crédito, já pressionado pelos juros elevados no Brasil. No fim das contas, Braga afirma que o impacto recai sobre o consumidor.

O aumento das tarifas eleva o custo dos insumos e reduz a oferta de produtos, pressionando a inflação e comprometendo o poder de compra das famílias. "O consumidor sente os efeitos por meio da inflação de custos, da retração do mercado e da alta do desemprego, sobretudo em setores que demandam muita mão de obra", explica.

Governo estuda enviar comitiva aos Estados Unidos

Diante da ausência de resposta às cartas diplomáticas enviadas a Washington, o governo brasileiro e representantes do setor produtivo articulam estratégias para retomar o diálogo com os Estados Unidos. Uma das iniciativas em estudo é o envio de uma comitiva ao país norte-americano, com o objetivo de destravar as negociações e buscar avanços rumo a um possível tratado comercial.

O Palácio do Planalto tem mobilizado esforços para que o empresariado nacional assuma um papel mais ativo nas tratativas, integrando a linha de frente das articulações por um acordo bilateral.

Em meio a uma série de reuniões com representantes do setor privado nas últimas semanas, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu a necessidade de mostrar aos Estados Unidos que a adoção de tarifas também afetaria negativamente as empresas americanas. "Se essa tarifa for implementada, os impactos serão sentidos dos dois lados", afirmou. Para ele, "o setor privado precisa falar com seus congêneres nos Estados Unidos".

Além disso, nomes de peso no comércio internacional, como o diplomata e ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, teriam sido acionados pelo setor privado para assumir protagonismo nas articulações.

Parlamento

Está confirmada a missão de uma comitiva de senadores aos Estados Unidos, entre os dias 29 e 31 de julho. Em entrevista à rádio Senado, ontem, o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Nelsinho Trad (PSD-MS), destacou que o objetivo da viagem a Washington é tentar impedir o tarifaço de 50% sobre os produtos nacionais. A comissão externa, composta por parlamentares de diferentes colorações partidárias, terá audiências com representantes do parlamento norte-americano para sensibilizar os colegas sobre as consequências para a economia do Brasil e dos Estados Unidos. "Não temos outra situação a não ser tentar voltar ao que era anteriormente. Muitos setores estão sendo prejudicados, o setor da indústria, Embraer, setor do Agro, suco de laranja, carne, isso realmente vai afetar a geração de emprego no Brasil. Muitas demissões previstas, mas nós estamos otimistas para que a gente possa reverter isso", disse Trad na entrevista.

Os senadores pretendem argumentar que a balança comercial entre os dois países é superavitária para os Estados Unidos. (**RG**)

COMBATE À FOME

Um milhão de lares deixam o Bolsa Família

» FERNANDA STRICKLAND

Joedson Alves/Ag..ncia Brasil

Segundo o ministro, o Brasil pode sair do Mapa da Fome da FAO

O Brasil caminha para um novo patamar no combate à pobreza e à fome. Em julho de 2025, 958 mil de famílias deixaram de receber o Bolsa Família após conquistarem autonomia financeira. A informação foi divulgada ontem pelo ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, durante participação no programa Bom Dia, Ministro.

De acordo com o ministro, esse avanço é resultado direto do fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação, qualificação profissional e incentivo ao pequeno empreendedor. "A gente está falando aí de aproximadamente 3 milhões e meio de pessoas que saíram da pobreza de janeiro para cá. Na verdade, já são mais de 8,6 milhões de pessoas que superaram a pobreza desde o início do governo do presidente Lula", afirmou Dias.

Entre as famílias que deixaram o programa em julho, 536 mil contavam com a Regra de Proteção, que permite a permanência por até dois anos no programa, mesmo após o aumento da renda, recebendo 50% do benefício. Após esse período de estabilidade financeira, ocorre a saída definitiva, de forma planejada.

Segundo Wellington Dias, esse processo de emancipação social é construído com base em três frentes de atuação. "Temos três blocos de ações. O primeiro é a educação: quem recebe o Bolsa Família precisa estar matriculado, estudando, frequentando escola, sendo aprovado. O segundo é uma parceria com estados, municípios e setor privado, com foco em qualificação profissional. E o terceiro é o apoio ao pequeno negócio, por meio de programas como o Acredita, o Pronaf e o Agroamigo", explicou.

A melhora nas condições de vida das famílias também tem sido favorecida pela queda nos preços dos alimentos. Segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve deflação de -0,18% no grupo de alimentos em junho. Levantamento do Dieese mostra que 16 das 17 capitais monitoradas registraram queda no custo da cesta básica no segundo trimestre, com redução em itens essenciais, como carne, arroz, feijão e ovos.

Wellington Dias associa essa tendência ao aumento da produtividade no campo e ao crédito mais acessível para agricultores familiares. "Queremos redução de preços por uma capacidade de produzir mais numa mesma área, com mais tecnologia, com financiamento acessível. Esse é o ganho que queremos alcançar", afirmou. O Plano Safra 2025, segundo o ministro, contempla inclusive taxas de juros negativas para quem cultiva itens da cesta básica.

Os avanços no combate à insegurança alimentar podem levar o Brasil, ainda em 2025, a sair novamente do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A expectativa é que o reconhecimento ocorra durante evento internacional da FAO, previsto para a próxima semana, na Etiópia.

"Isso significa que 85% das pessoas que passavam fome conseguiram superar essa condição. É uma conquista importante, fruto de políticas públicas integradas", disse Dias.